



## AMB e a luta por uma remuneração mais digna

O Departamento Nacional de Previdência Social confeccionou a primeira tabela de honorários médicos que se tem notícia. Contudo, o documento apresentava distorções e nem todos os profissionais o aceitavam. Assim, atendendo um apelo da categoria que necessitava de um referencial de remuneração digna aos serviços prestados ao sistema que começava a crescer, a Associação Médica Brasileira (AMB) editou sua primeira tabela em 1967. Por intermédio de sua Comissão de Honorários Médicos, a partir daquele ano promoveu revisões periódicas que resultaram em novas edições nos anos de 1974 e 1976. Entretanto, nos anos seguintes não sofreu qualquer alteração e consequentemente tornou-se desatualizada e caiu em desuso por estar desatualizada.

Até que na gestão do Prof. Dr. Nelson Guimarães Proença, em outubro de 1983, a AMB resolveu constituir uma comissão para revisar a Tabela de 1976 que teve como coordenador dos trabalhos, o então vice-presidente Antonio Celso Nunes Nassif com a missão de concluir os trabalhos no prazo de apenas 120 dias que foi cumprido em setembro de 1984. A Assembléia dos Delegados que se reuniu em Curitiba (PR) aprovou finalmente a nova THM/AMB. Nesse período iniciou-se um sério trabalho de implantação e aceitação da THM 1984 com o objetivo de acabar com a multiplicidade de tabelas existentes. Com o passar dos anos sempre era preciso atualizá-las até que a Tabela AMB 1990 foi consagrada pela categoria em Fórum e obteve a melhor aceitação pelas empresas contratantes, tanto que alguns convênios a aceitam até nos dias de hoje. A que foi lançada dois anos depois, a THM 1992 não conseguiu corrigir monetariamente o valor do Coeficiente de Honorários e da consulta eletiva, que já se encontravam defasados.

Médicos e empresas passaram a enfrentar-se constantemente devido aos honorários cada vez mais aviltados, ocasionando uma crise sem precedentes. Para piorar, órgãos ligados ao governo contestaram a legitimidade da AMB em fixar valores de honorários. Dessa forma, a AMB promoveu em 1996 a extinção da tabela 1992 e do CH, para editar a Lista de Procedimentos Médicos, com valores em Real. Mesmo não corrigindo a defasagem total que existia, a LPM 96 infelizmente também não foi aceita integralmente pelas empresas contratantes. Como afirmou o Dr. Antonio Nassif, presidente da AMB em 1997, "um ano se passou, mas boa parte dos médicos e entidades representativas até agora não assimilou essa nova realidade. Continua falando ou negociando como no passado. Isto é prejudicial e inadmissível. Dos planos e seguros de saúde, nem se fala. Todos resistem e, para não perder o poder de decisão, seguem utilizando-se das tabelas anteriores – a de 90 e a de 92 -, com imposição de CH que eles mesmos definem periodicamente. E boa parte dos médicos aceita".

A Comissão Nacional de Honorários Médicos (CNHM) analisou em reunião na sede da AMB propostas e sugestões recebidas no I Fórum da LPM que provocou um debate democrático sobre os rumos da luta médica em prol de honorários mais dignos, ocasião propícia para que todos os médicos tivessem a oportunidade de adequar a Lista de Procedimentos Médicos ao novo momento da categoria que reivindicava a inclusão de outros procedimentos, além do reconhecimento da LPM como autêntico veículo para estabelecer o valor da consulta e de todos os procedimentos médicos, o